O SR. SARGENTO NERI - SD - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, o deputado Edmir Chedid e o deputado André do Prado são dois deputados que brigam muito pela região de Poá. O deputado Chedid pediu o meu apoio no substitutivo. Nós estávamos apoiando, mas, presidente, é inadmissível que pautem o projeto que não está no cronograma da Casa.

O Legislativo tem a sua independência. Por vezes nós sabemos que o presidente da Casa puxa para o governo, o líder do Governo manipula a Mesa, mas a Assembleia não pode jogar o jogo do governo.

Então há aqui, de todos os líderes, um senso de anular essa votação. Se houver a necessidade de se fazer um requerimento, nós pediremos para que se faça o requerimento, seja no meu gabinete, do Edmir Chedid, ou de qualquer outro deputado.

O que não pode é a Casa agora começar a fazer o jogo para o governo. Isso não pode, isso é inadmissível na Assembleia Legislativa, porque nós temos a independência de trabalhar as pautas e também os projetos.

Então fica aqui o pedido para cancelar essa votação. Se for o caso, nós fazemos o requerimento.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Só quero, simplesmente, deixar avisado a todos os deputados que, às 16 horas e 30 minutos, nós abrimos os trabalhos. Foi um pedido do presidente, Carlão Pignatari, para que pudéssemos incluir este PL, das Estâncias Turísticas, na primeira extra.

Estou aqui, como vice-presidente, fazendo o meu papel diante da ordem do presidente desta Casa, o qual respeito. Por mais que ele esteja ausente fisicamente, ele é o presidente e é ele que dita as regras. Então, por acordo de cavalheiros, fizemos aquilo que o presidente da Assembleia determinou.

Segundo. Deputado Sergio Victor, quero discordar do deputado Edmir Chedid, que diz que houve um atropelamento. Não houve, deputado. O deputado Sergio Victor discursou sobre este PL.

Vários líderes e vice-líderes estavam presentes no plenário e poderiam, nesse momento, ao não concordar, obstruir, ter pedido obstrução. Ninguém o fez. Inclusive, deputados que estão aqui até falaram, porém, não colocaram em obstrução.

Então eu quero deixar registrado que, da parte deste presidente, eu não tenho como, nesse momento, desfazer uma votação que nós já realizamos. Por quê? Porque não atropelamos, não houve desrespeito a nenhum deputado. A maioria dos líderes estavam presentes.

A gente, o próprio líder do Governo também estava presente. Não havia nenhuma forma de nós termos feito, sem acordo dos próprios líderes que estavam presentes no plenário. Então, deixando apenas isso registrado.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, quero esclarecer ao plenário. Nós estamos, neste dia de hoje, em curso, a discussão do PL 410, procurando aprimorar o projeto, melhorar o projeto, melhorar o texto de algumas emendas que a oposição e alguns deputados estavam com dúvida.

Nós achamos por bem, hoje na hora do almoço, retirarmos o PL 410 e ganharmos mais tempo para discutir o projeto de regularização fundiária. Pois bem, presidente. Nesse momento, nós, em acordo com alguns parlamentares, vários líderes, buscamos incluir um outro projeto do governo.

O único projeto apto para a Ordem do Dia era o PL que tratava do ranqueamento das estâncias turísticas. Conversei com a oposição. Comuniquei os líderes da base, todos receberam um Whatsapp, com antecedência, que nós estávamos fazendo essa substituição, e me coloquei à disposição se houvesse algum problema.

Comuniquei Vossa Excelência. Comuniquei o presidente Carlão Pignatari. Vim a este plenário. Alguns colegas que estavam aqui disseram que iam obstruir, iriam pedir verificação de presença.

Nós concordamos com que ficasse adiada a votação para buscar o entendimento. Eu me retirei do plenário. Avisei ao líder do PL, deputado Madalena, que o deputado André do Prado iria solicitar uma verificação de votação. Para nos estarmos aqui, que não iria ter nenhum problema por parte do Governo.

Essa foi a situação que aconteceu com o deputado Dalben. Não há hipótese nenhuma de atropelo, muito menos de um projeto que trata de temas importantes como esse.

O secretário esteve ontem aqui, das 9 e meia às 11 e meia da manhã. Alguns deputados participaram e esclareceram algumas dúvidas. A deputada Janaina esteve presente e pode testemunhar como foi o esclarecimento do projeto.

Então foi dessa maneira. Eu peço desculpas aos líderes que estão aqui, que não tiveram o entendimento claro disso, mas em nenhum momento a liderança de Governo ou o governo quis pautar no atropelo esse projeto, em hipótese alguma. Me perdoe, presidente, mas nós fizemos todos os comunicados, todos os entendimentos com as pessoas que não tinham a concordância, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Registrado, deputado Vinícius Camarinha. Em votação o projeto, salvo emenda. As Sras. Deputadas e Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o Projeto de lei Complementar nº 7, de 2021.

Em votação a emenda, com parecer contrário. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitada.

Item 2 - Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 8, de 2021, de autoria do Tribunal de Justiça. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto, salvo emenda. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação a emenda, com parecer contrário. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitada.

Item 3 - Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 10, de 2021, de autoria do Tribunal de Justiça. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto, salvo emenda. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação a emenda, com parecer contrário. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitada.

Esgotado o objeto da presente sessão...

O SR. RAFA ZIMBALDI - PL - Pela ordem, Sr. Presidente, só para um comunicado rápido.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado.

O SR. RAFA ZIMBALDI - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Agradecer a todos os deputados pela votação desses três projetos de lei complementar de autoria do Tribunal de Justiça, a criação dos dois cartórios na cidade de Campinas, Ouro Verde e Campo Grande, na cidade de Hortolândia e na cidade de Jarinu. Quero agradecer o apoio, e também a V. Exa., Presidente, e também na pessoa do deputado Carlão Pignatari, pelo apoio e pelo entendimento em colocarem em votação esses projetos tão importantes para a nossa região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Parabéns, deputado Rafa Zimbaldi.

Esgotado o objeto da pressente sessão, lembrando-os da próxima sessão extraordinária, que acontece daqui a dez minutos.

Está encerrada.

* * *

- Encerra-se a sessão às 18 horas e três minutos.

* * *

1º DE DEZEMBRO DE 2021
37ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: WELLINGTON MOURA

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - WELLINGTON MOURA

Assume a Presidência e abre a sessão. Encerra a discussão e coloca em votação o requerimento de método de votação do PLC 37/21.

2 - PROFESSORA BEBEL

Encaminha a votação do requerimento de método de votação do PLC 37/21, em nome do PT.

3 - CARLOS GIANNAZI

Encaminha a votação do requerimento de método de votação do PLC 37/21, em nome do PSOL.

4 - PAULO LULA FIORILO

Para comunicação, registra a presença do vereador Antonio Donato, da Câmara Municipal de São Paulo.

5 - JANAINA PASCHOAL

Encaminha a votação do requerimento de método de votação do PLC 37/21, em nome do PSL.

6 - VINÍCIUS CAMARINHA

Encaminha a votação do requerimento de método de votação do PLC 37/21, em nome do Governo.

7 - JANAINA PASCHOAL

Para comunicação, questiona o líder do Governo o porquê de não votar hoje a emenda que engloba todos os quadros da Educação. Pergunta se já tem data para a votação da mesma. Pede que o projeto que contempla estas categorias seja enviado para esta Casa este ano ainda.

8 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA

Para comunicação, saúda os presentes em plenário. Discorre sobre o pagamento do abono para os agentes de organização escolar a partir do próximo ano. Pede que as emendas relacionadas às categorias de apoio à Educação sejam votadas ainda hoje. Ressalta os baixos salários recebidos pela categoria. Pede que os deputados conversem para escolher o melhor texto a ser votado.

9 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, cumprimenta a deputada Monica da Mandata Ativista pelo pronunciamento. Lamenta que, no próximo ano, uma parcela pequena dos trabalhadores não tenha acesso ao abono. Pede que estas categorias sejam incluídas na votação de hoje.

10 - PROFESSORA BEBEL

Para comunicação, defende as emendas apresentadas pela bancada do PT e pelo seu mandato. Defende o recebimento do abono salarial por todos os quadros de apoio escolar para garantir a valorização dos profissionais da Educação.

11 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS

Para comunicação, lamenta que o Governo do Estado não tenha incluído o quadro de agentes de organização escolar neste projeto. Ressalta que os mesmos não pararam de trabalhar durante a pandemia. Pede justiça à categoria. Informa o valor do contracheque recebido pelos agentes de organização escolar.

12 - VALERIA BOLSONARO

Para comunicação, faz coro aos pronunciamentos anteriores. Pede ao líder do Governo Vinícius Camarinha que inclua as emendas das outras categorias da Educação para receberem o abono salarial.

13 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA

Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de método de votação do PLC 37/21. Coloca em votação e declara aprovado o projeto salvo substitutivo, mensagem aditiva e emendas, restando prejudicado o substitutivo. Coloca em votação e declara aprovada a mensagem aditiva do Sr. Governador.

14 - PROFESSORA BEBEL

Declara voto favorável da bancada do PT às emendas que incluem todas as categorias da Educação e ao substitutivo.

15 - CARLOS GIANNAZI

Declara voto favorável ao substitutivo apresentado pelo seu mandato.

16 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA

Declara voto favorável às emendas que incluem todas as categorias da Educação.

17 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA

Coloca em votação e declara rejeitadas as emendas nºs 1 a 30 englobadamente.

18 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, declara seu apoio às emendas apresentadas pelo seu mandato.

19 - PROFESSORA BEBEL

Para comunicação, declara seu apoio às emendas apresentadas pelo PT e pelo seu mandato, que incluem todas as categorias da Educação.

20 - JANAINA PASCHOAL

Para comunicação, declara seu apoio ao quadro de apoio escolar e seu voto favorável à Emenda nº 37.

21 - DELEGADA GRACIELA

Para comunicação, declara seu apoio às emendas que incluem as outras categorias.

22 - VALERIA BOLSONARO

Para comunicação, declara seu voto favorável às emendas que incluem as outras categorias da Educação.

23 - TENENTE NASCIMENTO

Para comunicação, declara seu apoio à Emenda nº 37 e às outras que englobam todas as categorias da Educação.

24 - CORONEL NISHIKAWA

Para comunicação, declara apoio a todas as emendas apresentadas pelo PSOL.

25 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA

Para comunicação, declara seu apoio às emendas apresentadas pelo mandato do deputado Carlos Giannazi. Cumprimenta os servidores pela vitória.

26 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS

Para comunicação, declara seu voto favorável à Emenda nº 37 e às outras que englobam todas as categorias da Educação. Pede que o projeto que dá o abono para todas as categorias seja enviado o quanto antes para esta Casa.

27 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA

Ressalta que também votaria a favor das emendas se não estivesse na Presidência.

28 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA

Para comunicação, solidariza-se com as famílias dos nove jovens mortos em Paraisópolis, há dois anos.

29 - PROFESSORA BEBEL

Para comunicação, questiona a pauta de votação de amanhã.

30 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA

Informa que a pauta será definida amanhã cedo. Encerra a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Wellington Moura.

* * *

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Proposição em Regime de Urgência. Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 37, de 2021, de autoria do Sr. Governador.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos...

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Para encaminhar pela bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Deixe-me encerrar a discussão, por gentileza, deputada.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Para encaminhar, a deputada Professora Bebel.

Deputada, a gente está votando o roteiro. Apenas para deixar registrado: ainda não é o projeto.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Bem, boa noite, Sr. Presidente. Cumprimento a Mesa Diretora dos trabalhos, os assessores que estão à minha esquerda, à minha direita, Srs. e Sras. Deputadas, público presente e todos os que nos acompanham através da TV Assembleia.

Nós estamos hoje em mais um dia de trabalho com pautas interessantíssimas. Ontem teve o debate em torno da regulação fundiária que, na verdade, não expressa nenhuma regulação, mas tivemos um trabalho de oposição muito responsável e atento no sentido de pedir para que o governo retirasse da pauta do dia de ontem e hoje e para que pudesse ser aprimorado, e foi isto que aconteceu. Esperamos que seja aprimorado para posterior votação.

E no dia de hoje eu subo nesta tribuna para, enfim, dizer que a bancada do Partido dos Trabalhadores se coloca inteiramente favorável ao PLC 37, que garante o abono que vem de um fundo, que é o Fundeb, Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, que tem um histórico muito rico no desenvolvimento da Educação Básica no Brasil.

Lembrem-se vocês que antes a gente tinha o dito Fundef, que atendia só o Ensino Fundamental. O Fundeb foi uma grande revolução que aconteceu na Educação brasileira desde 2007, na era do presidente Lula. Nós ampliamos o atendimento da Educação a toda a Educação Básica, entendendo Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e todas as modalidades de ensino.

Pois bem, esse abono não é um prêmio, não é um presente que o Governo do Estado de São Paulo está dando. Na verdade, é uma conquista dessa categoria, dos professores, dos sindicatos de professores do Brasil, que lutaram para ter o Fundeb permanente aprovado em junho de 2020 e depois a regulamentação em dezembro de 2020.

Nós fizemos peças publicitárias, falamos com cada um dos deputados e deputadas federais, senadores e senadoras para que aprovassem, e assim o foi, porém com falhas aqui na implantação no estado de São Paulo, porque o Fundeb também ampliou a concepção de valorização. A valorização antes prevista era para o Magistério, agora é para profissionais da Educação.

Portanto, fazem jus ao Fundeb os funcionários de escolas, o QAE, o QSE, enfim, todos os que trabalham, porque são educadores e não estão contemplados. É verdade que acabou contemplando os profissionais do Paula Souza.

Fazia sentido porque, enfim, é modalidade de Educação Básica, mas não contemplou, deputado Giannazi, os funcionários de escolas, os agentes de organização escolar. Isso é uma injustiça.

Tem a promessa de vir para esta Casa a ampliação deste projeto. Em audiência pública também eu cobrei do Sr. Secretário da Educação e até disse para ele: "O senhor mandou integrando o PLC 26 uma carreira que está voltada para a qualificação, formação profissional".

Nós até defendemos o "Profuncionário". Porém, quanto tempo vai levar para essa formação? Há que ter uma valorização que garanta essa mediação e garanta que tenha essa valorização também para os agentes de organização escolar, para o QAE, o QSE, enfim, todos os funcionários de escola.

Mas o que nós gostaríamos, deputado Giannazi, não é que fosse um abono. Os estudos que fizemos pelo Dieese permitem dar 15% para todos, e isso seria um grande ganho. E o mais lamentável é que os aposentados e pensionistas estão fora de qualquer coisa, de qualquer reajuste, e isso é questão de honra para esta Casa.

Eu estou dizendo o seguinte: esta Casa tem que devolver o direito de os aposentados e aposentadas receberem a integralidade dos salários. (Manifestação nas galerias.)

Teríamos acordo, não é, deputado Giannazi, se esta Casa, conjuntamente - este plenário todo, os 94 deputados -, propusesse um único projeto com os 94 assinando e pedindo para o Sr. Presidente pautar, visto que não pauta nem o do senhor, nem o meu, nem o de todo mundo que está na fila aí para ser votado. Não vota.

Então, é um chamado, deputada Delegada Graciela, que a gente faz: que esta Casa devolva o direito dos aposentados e pensionistas. Que saia desta Casa, deputado Camarinha, um projeto de lei reestabelecendo ou deixando de cobrar das aposentadorias o cálculo previdenciário, o percentual previdenciário, porque Alagoas já fez isto, então é possível fazer.

Mas com isso eu quero dizer o seguinte: não é dos meus sonhos. Vou votar favorável, porque eu tive sempre uma tese: eu não rasgo dinheiro. Sempre disse para a minha categoria: nós não rasgamos dinheiro.

Nós vamos lutar, a Apeoesp está empenhada, junto com a Afuse, com entidades todas da Educação, para lutar para ter política salarial. É disso que nós estamos precisando. (Manifestação nas galerias.)

Implantação da Meta 17 dos Planos Nacional e Estadual de Educação, que indica que nós podemos ganhar de acordo com a média dos demais funcionários que têm o nível superior ou de acordo com a média, e que façam uma equiparação salarial.

Porque nós estamos lá no fundo da lanterna, nós estamos lá embaixo. É uma vergonha um professor, um funcionário de escola ganhar abaixo do salário mínimo. Isso é vergonhoso, é desrespeitoso.

Por isso, esta Casa tem que ter o compromisso de devolver a dignidade dos professores, dos funcionários públicos aposentados e pensionistas. Mas também ter política salarial para o QAE, o QSE, o Magistério, toda a Educação Básica do estado de São Paulo, porque nós não podemos ficar nessa calenda de abono.

Abono fica de acordo com falta, de acordo com horas-aula; isso é um incentivo a quê? "Não, então eu vou pegar 64 horas-aula", deputado Caio. "Eu vou me matar, eu vou doente, não vou me tratar". Porque hoje licença está sendo descontada.

Desculpe relembrar tristes momentos desta tribuna, em que fomos chamados de vagabundos aqui, quando é a categoria que banca as futuras gerações do estado de São Paulo, junto com os funcionários de escola, que também têm papel de educadores dentro das escolas públicas estaduais. (Manifestação nas galerias.)

Eu não posso me emocionar diante de tantos quadros, de tantos ataques a uma categoria que tem servido fielmente - como os policiais servem, nós servimos - à população paulista.

Para terminar: lá no Japão, os profissionais da Educação são os únicos que não batem continência, pela autoridade que eles têm. Portanto, aqui no Brasil também. Mas não: a Secretaria de Estado da Educação, quando a gente vai debater uma pauta, bota, não policial - porque não era policial, teria outra forma -, mas um guarda, um segurança para não te deixar subir numa casa que é pública, é nossa. E isso tem que ser respeitado.

Eu fui duramente atacada 15 dias atrás e fui levantar a minha moral há oito dias, quando fizeram um ato de desagravo ao ataque que foi feito, não a mim, mas aos professores do estado de São Paulo e funcionários públicos, porque é o que eu represento nesta Casa. (Manifestação nas galerias.)

Eu agradeço e digo para vocês: contem com o apoio meu, claro, sou ainda presidente da Apeoesp, mas mais que isso, nosso mandato e a bancada do Partido dos Trabalhadores, como a oposição toda desta Casa, tem estado ao lado de vocês.

Um forte abraço, muito obrigada.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Para encaminhar pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - É regimental. Vossa Excelência tem o tempo para encaminhar.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Wellington Moura, deputados, deputadas, telespectador da TV Assembleia, servidores da Educação, profissionais da Educação presentes aqui, professores, gestores, servidores do Quadro de Apoio Escolar.

Quero fazer aqui uma menção honrosa a vocês, pessoal do QAE, QSE, e dizer, Sr. Presidente, que nós estamos votando o PLC nº 37, que institui o Abono-Fundeb, mas nós estamos votando tardiamente esse projeto, porque, na verdade, esse projeto deu entrada aqui na Assembleia Legislativa no dia 16 de outubro. Ele ficou parado, travado na Comissão de Justiça sem nenhum andamento, sem parecer, sem relator.

Ficou paralisado, e o governo dizendo que iria apresentar uma proposta alternativa de inclusão de alguns setores. Nada disso aconteceu. A única emenda que foi apresentada foi a emenda alterando o texto, na verdade corrigindo um erro que o próprio governo cometeu no PLC 26. Então, ele pega uma carona no PLC 37 para corrigir um erro do PLC nº 26. E o projeto ficou parado até agora, então está sendo votado tardiamente.

Quero destacar ainda que desde o dia 25, na verdade, esse projeto deveria ter sido já encaminhado aqui para o Plenário, porque os prazos não foram respeitados, embora ele esteja em regime de urgência.

Mas esse é um ponto importante para que todos saibam que o governo sabotou, durante todo esse tempo, na Comissão de Justiça, o andamento desse projeto para que ele chegasse aqui. Depois de muita luta, de muita pressão, que nós estamos tendo a votação hoje no plenário.

Segundo, esse Abono-Fundeb é uma exigência da legislação federal, do novo Fundeb que nós aprovamos no Congresso Nacional, no ano passado, também com muita luta, com muita resistência.

É o Fundeb permanente, que foi instituído pela Emenda Constitucional nº 108, que alterou o Art. 212 da Constituição Federal. O Art. 212, agora, é o Art. 212-A, e isso aconteceu exatamente no mês de agosto de 2020.

Em dezembro foi aprovada a lei, a Lei 14.133, regulamentando o Fundeb, mas só agora, vejam só, senhores, senhoras, deputados e deputadas, só agora que o governo apresenta a proposta aqui na Assembleia Legislativa.

Por isso que eu digo que é tardiamente que isso vem a acontecer, mas está acontecendo e nós vamos votar, hoje, o Abono-Fundeb. É importante, logicamente, porque ele é uma conquista dos profissionais da Educação. Ele é permanente, aumentou.

Nós vamos ter, até o ano de 2026, um aumento de 23% do investimento em Educação pública do Fundeb, logicamente pelo governo federal, que só investia 10% até então.

Então, até 2026 nós teremos o aumento importante do financiamento da Educação. Então, é importante a gente saber que cada vez mais haverá mais investimento, e esse investimento tem que ser feito nos profissionais da Educação, no mínimo 70% tem que ser investido na valorização de todos os profissionais da Educação.

Então, esse é um ponto importante também. Ele é permanente, esse fundo. Ele vai ser por tempo indeterminado. Não tem duração de 10 anos, década da Educação, isso acaba. É uma conquista importante. Aqui no estado de São Paulo nós temos os profissionais da Educação também já com salários arroxados e defasados há muitos anos. Há muitos anos que o governo estadual não respeita a lei da data-base salarial, que foi aprovada aqui, inclusive em 2006.

Então, o abono, embora seja provisório, não é incorporado no salário, não serve para a evolução, para progressão funcional. Nem para a aposentadoria ele é importante, mas a nossa luta é para que esse abono seja incorporado no salário-base de todos os profissionais da Educação.

Nós não queremos viver de gratificação, de bonificação. Nós queremos plano de carreira. Nós queremos que haja incorporação desse valor. É o que diz a lei, na verdade. O abono é uma questão de emergência, porque o governo não conseguiu investir nos profissionais da Educação durante o ano, e ele, para não devolver o dinheiro para o governo federal, faz a bonificação.

Mas era para os profissionais da Educação já estarem recebendo esse dinheiro há muito tempo. Então, isso mostra também a incompetência do governo. Nós apresentamos emendas. Eu apresentei, mas vários deputados e deputadas, que eu conversei com vários, apresentaram emendas, incluindo também os outros segmentos dos profissionais da Educação.

Eu apresentei emendas incluindo sobretudo o QAE e o QSE, que são os nossos servidores da Educação, servidores do Quadro de Apoio Escolar, que são fundamentais.

Eu queria fazer um apelo aos deputados e deputadas para que a gente possa aprovar as emendas daqui a pouco, porque agora é o roteiro, depois o projeto, depois a emenda, essa emenda que eu citei, do pró-labore, e a última votação é a votação das emendas, que é um dos momentos mais importantes, depois do projeto, logicamente. E aí eu faço um apelo, eu rogo aos deputados e deputadas para que votem favoravelmente às emendas que nós apresentamos, incluindo QAE, QSE.

A situação dos servidores do Quadro de Apoio é uma situação grave, de calamidade pública, de ataque à dignidade humana dos servidores, porque eles são os responsáveis pela abertura, pelo fechamento, pelo funcionamento total das escolas. Sem o QAE, as escolas não funcionam, não abrem, não fecham, não tem escola. Essa é a verdade. Falo isso porque sou professor, diretor de escola, e não funciona uma escola sem servidores do Quadro de Apoio Escolar.

E o salário dos servidores gira em torno de um mil reais por mês, minha gente. É um ataque à dignidade humana dos servidores. Como o estado mais rico da Federação, da América Latina, paga apenas um mil reais para os profissionais da Educação? Então, a Assembleia Legislativa tem uma oportunidade histórica, hoje, de reverter essa situação.

Alguns podem dizer "mas isso é ilegal". Não é ilegal. O Acre acabou de aprovar, o estado do Acre, que é um estado pobre. Maranhão, estado de Alagoas, vários estados já incluíram os servidores do Quadro de Apoio Escolar no abono Fundeb.

Tem espaço na lei, sim, basta o governo ter interesse. Então, a Alesp pode hoje fazer essa intervenção, dar a sua contribuição para a valorização do QAE e do QSE. Está aqui: "para a Educação somos essenciais, mas para o abono somos invisíveis".

Então, faço um apelo para que a gente possa votar as emendas, incluindo o Quadro de Apoio Escolar, incluindo também os aposentados e pensionistas, e incluindo os profissionais da Educação do Centro Paula Souza, que são professores, são